

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/2024

OBJETO: “Concede dispensa de ponto e dia de descanso ao servidor público municipal que doar sangue a banco de sangue do Município de Lavras - MG”.

Autoria: Vereador Antônio Claret dos Santos.

PROTOCOLADO EM: 18/06/2024

PEDIDOS DE VISTA:

___/___/___	_____
___/___/___	_____
___/___/___	_____
___/___/___	_____
___/___/___	_____
___/___/___	_____

EMENDAS:

___/___/___	_____
___/___/___	_____
___/___/___	_____



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Vereador Coronel Claret

PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2024

(Coronel Claret)

PROJETO DE LEI Nº 8/2024

**CONCEDE DISPENSA DE PONTO E DIA DE DESCANSO AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL, QUE DOAR SANGUE A BANCO DE SANGUE DO
MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG**

Art. 1º - O servidor público municipal que doar sangue a banco de sangue municipal será dispensado do registro de ponto no dia da doação e terá direito a um dia de descanso, acrescido às suas férias regulamentares.

Parágrafo único - A doação deverá ser precedida de cadastramento do servidor no órgão municipal competente e posterior apresentação de atestado de doação a Seção de Recursos Humanos do município.

Art. 2º - O servidor terá direito a, no máximo, quatro dias de descanso por ano, correspondentes a quatro doações, observado o intervalo mínimo de dois meses entre uma e outra, e a servidora terá direito a, no máximo, três dias de descanso por ano, correspondentes a três doações, observado o intervalo mínimo de três meses entre uma e outra.


§ 1º - Para fins de apuração e de controle dos dias de descanso a que tiver direito o servidor, a doação deverá anteceder as suas férias regulamentares em, pelo menos, noventa dias.

§ 2º - Não poderão ser convertidos em espécie os dias de descanso a que se refere este artigo.

Art. 3º - Revoga-se a Lei Municipal nr 3.739/2010

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lavras, 17 de junho de 2024.


CORONEL CLARET

VEREADOR

Câmara Municipal de Lavras - MG

PROTOCOLADO

Em: 18 / 06 / 2024

nº 02064

 15:30h

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Vereador Coronel Claret

JUSTIFICATIVA

Além de ser um gesto solidário, a doação de sangue salva vidas. Pacientes lidando com doenças, traumas e cirurgias às vezes precisam de transfusões recorrentes e são os mais afetados pelo déficit de sangue disponível.

Segundo dados da Hemominas, em 2022, mais de 310 mil doadores de sangue se apresentaram, gerando a coleta aproximada de 259 mil bolsas de sangue, bem como a produção superior a 687 mil hemocomponentes.

Com a pandemia de covid-19, os hemocentros brasileiros registraram uma queda nas doações de sangue. Em reportagem do jornal O Tempo, a Fundação Hemominas revelou que o número de doações está, em média, 62,5% do esperado. Em janeiro de 2022, a média foi de 750 doações por dia, bem abaixo da média ideal de 1.200 doações diárias e também das médias registradas em 2019, 2020 e 2021.

Em Lavras, a Lei nr 4473/2018, institui o Vinho Vermelho e Amarelo, um mês de mobilização para doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea.

Graças aos resultados obtidos pela criação desta Lei e outras ações pontuais do executivo municipal, de 2019 a 2023, registrou-se um aumento de 303% nas bolsas de sangue coletadas. Porém, a conscientização e a mobilização deve ser contínua, e a administração pública deve ser sempre incentivada a tornar-se doadores, e aumentar cada dia mais o número de voluntários.

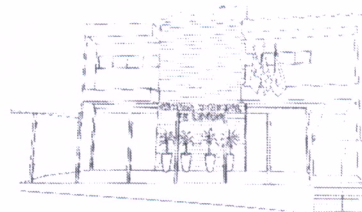
Esperamos contar com o apoio e sensibilidade dos nobres vereadores para a aprovação desta importante lei, que visa garantir e promover o tiro desportivo em nossa cidade. Atenciosamente

CORONEL CLARET

VEREADOR

103
K

CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



CERTIDÃO nº 040/2024

Referência: Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024 (Vereador Antônio Claret dos Santos) que “Concede dispensa de ponto e dia de descanso ao servidor público municipal que doar sangue a banco de sangue do Município de Lavras - MG”.

Em respeito ao disposto no art. 156, inc. XI, do Regimento Interno desta Egrégia Casa informo que, na data inframencionada, realizei busca no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) – hodiernamente implantado nesta Casa em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro, Programa Interlegis, do Senado Federal – e constatei a **EXISTÊNCIA** de legislação vigente com afinidade ou conexa à ementa supramencionada. Trata-se da Lei Ordinária nº 3.739 que “Institui o Programa de Incentivo à Doação de Sangue entre os servidores municipais e dá outras providências”, de 10 de dezembro de 2010, cuja cópia está anexa à esta certidão.

Oportunamente, em cumprimento à decisão plenária que fora reduzida a termo e aprovada na Ata da Primeira Reunião Ordinária, da Sessão Legislativa do ano de 2019, realizada em 04 de fevereiro de 2019, informo, ainda, que **INEXISTE** projeto de lei em tramitação nesta Colenda Casa Legislativa que seja igual, com afinidade ou conexo à ementa em epígrafe.

Ante tais informações, no intuito de confirmar a veracidade da pesquisa relatada e possibilitar o esclarecimento da requisição *in voga*, sem vícios, dentro do que me compete, grafo o presente instrumento.

Lavras, 19 de junho de 2024.

Caio Elias França
CAIO ELIAS FRANÇA
Auxiliar Legislativo



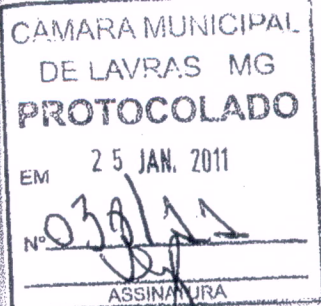
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

LEI Nº3.739, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.010.

(Projeto de Lei do Legislativo nº096/2010, de autoria do Vereador Anderson Marques)



INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE ENTRE OS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Lavras, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Incentivo à Doação de Sangue, com o objetivo de estimular a doação de sangue pelos servidores municipais de Lavras.

Art. 2º - O Município promoverá campanhas de estímulo à doação de sangue no âmbito de suas secretarias, autarquias e fundações.

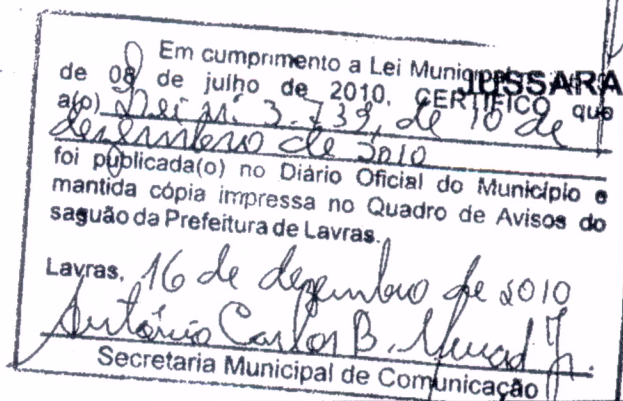
Art. 3º - O servidor público municipal que comprovar a doação de sangue voluntária, em banco público de sangue ou em instituição pública de saúde, fica dispensado de comparecer ao serviço no dia da doação.

Parágrafo Único - A doação não pode ser superior a três vezes para mulheres e quatro vezes para homens, anualmente, como prevê regulamentação federal.

Art. 4º - Os bancos públicos de sangue ou instituições públicas de saúde fornecerão aos doadores documento que comprovem a contribuição, que deverá ser apresentado pelo servidor no setor de pessoal, na data de seu retorno ao trabalho.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

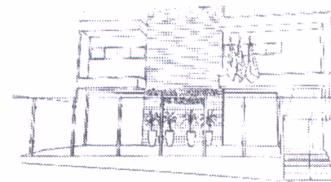
Prefeitura Municipal de Lavras, em 10 de dezembro de 2.010.



SÍLVIA MENICUCCI DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA



1.05
P

PARECER JURÍDICO 078/2024/CML/AJ/MFL

Referência: Concede dispensa de ponto e dia de descanso ao servidor público municipal que doar sangue a banco de sangue do Município de Lavras/MG.

Ementa: Questionamento é sobre viabilidade formal da proposição - Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024.

Primeiramente, impende salientar que, o Projeto de Lei do Legislativo em epígrafe foi protocolado na secretaria da Câmara Municipal de Lavras.

Seguindo os tramites regimentais desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei do Legislativo de nº 008/2024, foi encaminhado a Assessoria Jurídica o para emitir parecer.

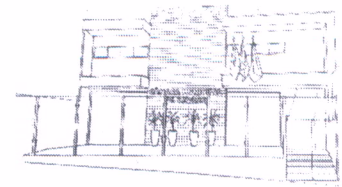
É o breve relatório, passo a opinar.

1 DA COMPETÊNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA

Inicialmente cumpre ressaltar o que reluz o artigo 154 do Regimento Interno desta casa (Resolução 68/2011), senão vejamos:

Art. 154 - Os projetos de leis e resoluções, serão protocolados no setor competente da Câmara

Cur



f 00
12

e, após, serão imediatamente encaminhados a Assessoria Jurídica para no prazo de três dias, emitir parecer na forma do §2º do art. 153 deste Regimento.

§ 1º - Constatado pela Assessoria Jurídica que os projetos mencionados no caput, não atenderam o disposto no art. 156, deste Regimento, serão encaminhados ao Presidente com o parecer da Assessoria Jurídica e explanação com base legal para devolução aos proponentes, inclusive os de iniciativa do Executivo. (Grifei e negritei).

(...)

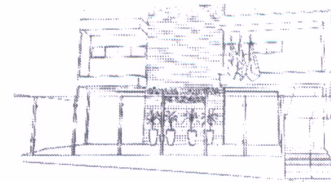
Sendo assim, compete ao Assessor Jurídico a análise da viabilidade formal da proposição em epígrafe, consoante disposto no artigo supra citado.

2 ANÁLISE DA VIABILIDADE FORMAL

Quanto a viabilidade formal da proposição do Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024, imperioso salientar que a mesma deve estar em consonância aos ditames do art. 153, § 2º e art. 156 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras.

No que concerne ao artigo 153, § 2º do Regime Interno, mister salientar que, compulsando os autos do processo legislativo em epígrafe, percebe-se que, o referido projeto contém ementa, está datado, com assinatura do autor e possui justificativa, conforme preconiza o Regimento Interno.

42



Referente ao disposto no art. 156 do Regimento Interno, cumpre trazer a baila o que dispõe o referido artigo, vejamos:

Art. 156 - A Presidência deixará de receber qualquer proposição:

I - que aludindo a lei, decreto ou resolução ou qualquer outra norma legal, não venha acompanhada do texto relativo à alusão em forma impressa ou por meio de referências legislativas, indicando as fontes oficiais ao final do projeto;

II - que, fazendo menção à cláusula de contratos ou de convênios, não venha acompanhada de cópia integral do respectivo documento;

III - que seja anti-regimental;

IV - que, sendo de iniciativa popular, não atenda aos requisitos do art. 175 deste Regimento;

V - que tenha sido rejeitada ou vetada na mesma Sessão Legislativa e não seja subscrita pela maioria absoluta da Câmara;

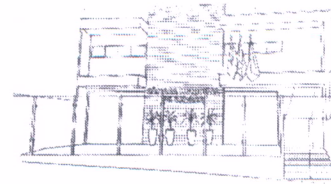
VI - que configure emenda, subemenda ou substituição não pertinente à matéria contida no Projeto;

VII - que, sendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de requerimento;

VIII - que não esteja devidamente formalizada;

IX - *(Inciso revogado pela Resolução nº 010, de 18/10/2021).*

X - *(Inciso revogado pela Resolução nº 010, de 18/10/2021).*



408
AZ

XI - que não esteja acompanhada de certidão do setor competente que não existe lei igual, com afinidade ou conexa. (Grifei e negritei).

XII - que gere despesas a outro órgão ou Poder;

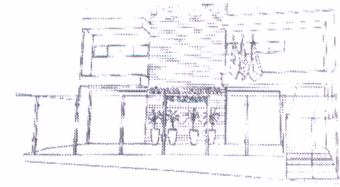
XIII- apresentados pelos vereadores e versem sobre matéria de iniciativa privativa do executivo, nos termos do art. 53 da Lei Orgânica Municipal, ainda que em caráter meramente autorizativo;

Verifica-se que está acostado nos autos do processo legislativo supraepigrafado, certidão nº 040/2024, constando a existência de Lei com afinidade e conexa com ementa do Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024, pois assim aduz, senão vejamos:

(...)“constatei a **EXISTÊNCIA de legislação vigente com afinidade ou conexa** à ementa supramencionada. Trata-se de Lei Ordinária nº 3.739 que “Institui o Programa de Incentivo à Doação de Sangue entre os servidores municipais e dá outras providências”, de 10 de dezembro de 2010, cuja cópia está anexa à certidão. (Grifei e negritei).

Contudo, impende salientar que, não há violação ao regimento, considerando que o artigo 3º do Projeto de Lei em epígrafe revoga a Lei nº 3.739/2010.

lv:



Por derradeiro, tendo em vista que, o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024 não viola as disposições do artigo 153, § 2º, e nem as insculpidas no artigo 156 do Regimento Interno desta casa, **opino pelo recebimento da proposição.**

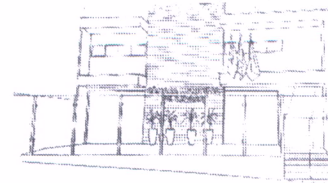
3 CONCLUSÃO

Por fim, **OPINA** esta assessoria jurídica pelo recebimento do Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024, tendo em vista que a referida proposição em tela contempla, a princípio todos os requisitos formais (positivos e negativos) exigidos pelo Regimento Interno.

Cumpre salientar que, o presente parecer não analisa o mérito do projeto, nem tão pouco questões de legalidade e constitucionalidade, mas, apenas e tão somente, **verifica, regimentalmente, a existência de requisitos formais de admissibilidade.**

Mister salientar por derradeiro, que em sendo a decisão da presidência pelo recebimento da proposição em comento, opino ainda pelo encaminhamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024 a (Comissão Permanente de Constituição, legalidade, Justiça e Redação Final) e em sendo o projeto constitucional que seja encaminhado ainda a que seja encaminhado ainda a (Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desburocratização em atenção respectivamente ao disposto nos artigos 67, 68 B e 69-C do Regimento Interno da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

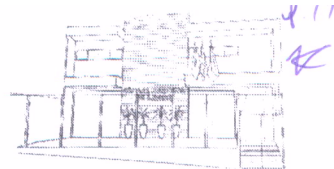


de Lavras - Resolução nº 068, de 13 de dezembro de 2011 e suas posteriores alterações, salvo melhor juízo.

Câmara Municipal de Lavras, 27 de junho de 2024.


Matheus Freire Lino

Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Lavras



DECISÃO DA PRESIDÊNCIA 041/2024

Com fundamento no art. 155, inciso XII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras, **RECEBO** o Projeto de Lei do Legislativo nº 0082024 de **Autoria do Vereador Antônio Claret dos Santos** que “**CONCEDE DISPENSA DE PONTO E DIA DE DESCANSO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE DOAR SANGUE A BANCO DE SANGUE DO MUNICÍPIO DE LAVRAS -MG**”.

Encaminho-o, inicialmente, à comissão permanente de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, para emissão do parecer, nos limites de sua competência e prazo regimental (art. 67, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras).

Sendo o parecer da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** pela **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**, encaminhe-se o projeto para a(s) (demais) ou outras eventual(is) comissão(ões), de acordo com o parecer jurídico nº0078/2024/CML/AJ/MFL independentemente de despacho. Sendo o parecer pela **INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE**, ainda que parcial(is), com ou sem emendas e/ou substitutivo (s), encaminhe-lhe imediatamente ao Plenário, para cumprimento do disposto no art. 93 e Parágrafo único, do Regimento Interno.

Câmara Municipal de Lavras – Estado de Minas Gerais, 27 de junho de 2024.


UBIRAJARA CASSIANO ROCHA

Presidente da Câmara Municipal de Lavras

PLL 008 2024

coordenadoria.legislativa@lavras.mg.leg.br

2 de julho de 2024 às 10:57

Para: alissonmattiolidentista@lavras.mg.leg.br, birarocha@lavras.mg.leg.br,
carolcoelho@lavras.mg.leg.br, coronelclaret@lavras.mg.leg.br, daiaprotetora@lavras.mg.leg.br,
delegadaanapaula@lavras.mg.leg.br, elisamarante@lavras.mg.leg.br, enniodafarmacia@lavras.mg.leg.br,
gildoitirapua@lavras.mg.leg.br, jaquelinefraguas@lavras.mg.leg.br,
joaodamerceariadoray@lavras.mg.leg.br, joapaulofelizardo@lavras.mg.leg.br,
mestregriolo@lavras.mg.leg.br, rogeriomorais@lavras.mg.leg.br, roseoliveira@lavras.mg.leg.br,
zevitor@lavras.mg.leg.br, zecadosalao@lavras.mg.leg.br, coronelclaret@gmail.com,
assessoria.alissonmattiolidentista@lavras.mg.leg.br, assessoria.birarocha@lavras.mg.leg.br,
assessoria.carolcoelho@lavras.mg.leg.br, assessoria.coronelclaret@lavras.mg.leg.br,
assessoria.daiaprotetora@lavras.mg.leg.br, assessoria.delegadaanapaula@lavras.mg.leg.br,
assessoria.elisamarante@lavras.mg.leg.br, assessoria.enniodafarmacia@lavras.mg.leg.br,
assessoria.gildoitirapua@lavras.mg.leg.br, assessoria.jaquelinefraguas@lavras.mg.leg.br,
assessoria.joaodamerceariadoray@lavras.mg.leg.br, assessoria.joaopaulofelizardo@lavras.mg.leg.br,
assessoria.mestregriolo@lavras.mg.leg.br, assessoria.rogeriomorais@lavras.mg.leg.br,
assessoria.roseoliveira@lavras.mg.leg.br, assessoria.zevitor@lavras.mg.leg.br,
assessoria.zecadosalao@lavras.mg.leg.br, chefiadegabinete@lavras.mg.leg.br,
assessoria.juridica@lavras.mg.leg.br

Senhores(as) Vereadores(as),

Encaminho a Vossas Excelências o Projeto de Lei do Legislativo Nº 008/2024 (Vereador Antônio Claret dos Santos) que "Concede dispensa de ponto e dia de descanso ao servidor público municipal que doar sangue a banco de sangue do Município de Lavras – MG".

Informo que o Projeto está a disposição da Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final, para que seja oferecido parecer.

Atenciosamente,
Caio Elias França
Auxiliar Legislativo



q. 13
Câmara.

Câmara Municipal de Lavras Estado de Minas Gerais

Comissão de Finanças e Orçamentos e Tomada de Contas.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/2024

Câmara Municipal de Lavras -

PROTOCOLADO

Em: 09 / 07 / 2024

n.º 2167



Assinatura

“Concede dispensa de ponto e dia de descanso ao servidor público municipal que doar sangue a banco de sangue do Município de Lavras/MG”.

Trata-se do Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024, de autoria do Vereador Antônio Claret dos Santos,, que: “Concede dispensa de ponto e dia de descanso ao servidor público municipal que doar sangue a banco de sangue do Município de Lavras/MG”.

CONCLUSÃO

Por todo exposto, no âmbito do que nos cabe apreciar, delibera a relatoria da Comissão de Finanças e Orçamentos e Tomada de Contas o posicionamento favorável perante o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2024. Nesse ínterim, remeta-se aos demais membros da Comissão para análise e, sendo aprovado, encaminha-se à Secretaria para regulamentação do feito.


Lavras, 05 de Junho de 2024





f. 14
 Copiada.

Assinatura manuscrita em tinta azul de José Vitor Donato, sobre uma linha horizontal.

José Vitor Donato

Relator

Antônio Claret Dos Santos

Presidente

Assinatura manuscrita em tinta azul de Ana Paula Santana de Rezende Arruda, sobre uma linha horizontal.

Ana Paula Santana de Rezende Arruda

Membro

PLL N. 5/2024, 6/2024 e 8/2024 ; PLE N. 23/2024, 24/2024, 25/2024, 26/2024, 27/2024, 28/2024 e 29/2024 Pareceres CFOJ.15
Amun.

coordenadoria.legislativa@lavras.mg.leg.br

10 de julho de 2024 às 11:23

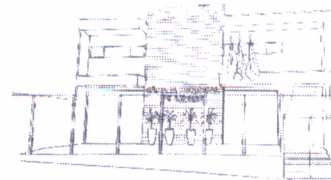
Para: alissonmattiolidentista@lavras.mg.leg.br, birarocha@lavras.mg.leg.br, carolcoelho@lavras.mg.leg.br, coronelclaret@lavras.mg.leg.br, daiaprotetora@lavras.mg.leg.br, delegadaanapaula@lavras.mg.leg.br, elisamarante@lavras.mg.leg.br, enniodafarmacia@lavras.mg.leg.br, gildoitirapua@lavras.mg.leg.br, jaquelinefraguas@lavras.mg.leg.br, joaodamerceariadoray@lavras.mg.leg.br, joaopaulofelizardo@lavras.mg.leg.br, mestregriilo@lavras.mg.leg.br, rogeriomorais@lavras.mg.leg.br, roseoliveira@lavras.mg.leg.br, zevitor@lavras.mg.leg.br, zecadosalao@lavras.mg.leg.br, coronelclaret@gmail.com, assessoria.alissonmattiolidentista@lavras.mg.leg.br, assessoria.birarocha@lavras.mg.leg.br, assessoria.carolcoelho@lavras.mg.leg.br, assessoria.coronelclaret@lavras.mg.leg.br, assessoria.daiaprotetora@lavras.mg.leg.br, assessoria.delegadaanapaula@lavras.mg.leg.br, assessoria.elisamarante@lavras.mg.leg.br, assessoria.enniodafarmacia@lavras.mg.leg.br, assessoria.gildoitirapua@lavras.mg.leg.br, assessoria.jaquelinefraguas@lavras.mg.leg.br, assessoria.joaodamerceariadoray@lavras.mg.leg.br, assessoria.joaopaulofelizardo@lavras.mg.leg.br, assessoria.mestregriilo@lavras.mg.leg.br, assessoria.rogeriomorais@lavras.mg.leg.br, assessoria.roseoliveira@lavras.mg.leg.br, assessoria.zevitor@lavras.mg.leg.br, assessoria.zecadosalao@lavras.mg.leg.br, chefiadegabinete@lavras.mg.leg.br, assessoria.juridica@lavras.mg.leg.br

Senhores Vereadores,

Encaminho a V.S.as. os Pareceres emitidos pela Comissão Finanças, Orçamentos e Tomada de Contas aos seguintes Projetos: PLL 005/2024, PLL 006/2024, PLL 008/2024, PLE 023/2024, PLE 024/2024, PLE 025/2024, PLE 026/2024, PLE 027/2024, PLE 028/2024 e PLE 029/2024.

Respeitosamente,

Caio Elias França
Auxiliar Legislativo



Projeto de Lei do Legislativo n. 08/2024

7.16
Cazumba

ATO DE EXPEDIENTE

Considerando que, nos termos do parecer de admissibilidade da Assessoria Jurídica da Presidência desta Casa (a fls. 09), referendado pelo despacho da Presidência (a fls. 11), o presente Projeto de Lei do Legislativo n. 08/2024 deveria ser encaminhado à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desburocratização, após parecer obrigatório da Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final, seguindo, por fim, para a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, na forma do art. 89 do RICML.

Dessa forma, certifico e dou fé que o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (a fls. 13) fora juntado intempestivamente, uma vez que não fora exarado parecer de admissibilidade obrigatório da CCJ.

Assim, uma vez que não decorrido o prazo regimental para emissão de parecer por parte da CCJ, permaneçam conclusos os autos do PLL n. 08/2024 na Coordenadoria Legislativa, aguardando a manifestação da Comissão competente, devendo prosseguir, em subsequência, para as demais comissões temáticas.

Lavras, 10 de julho de 2024.


VÍTOR CAZUMBÁ AZEVEDO
Assistente Legislativo

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/2024

1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

LAVRAS, ____/____/____

PRESIDENTE

2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO COM

REDAÇÃO FINAL

LAVRAS, ____/____/____

PRESIDENTE